



## ATA DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 26.04.2010

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dez, às dezoito horas e quarenta minutos, no Plenarinho da Câmara de Vereadores de Joinville, rua Hermann August Lepper, s/nº., Saguapu, realizou-se a centésima nonagésima primeira Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Conselheira **Cléia Aparecida Clemente Giosole**, Presidente do CMS, procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Em seguida passou à leitura da Pauta do dia: **1 – EXPEDIENTES: 1.1** Apresentação e aprovação da Pauta da Reunião; **1.2** Apresentação do delegados eleitos para a Conferência Estadual de Saúde Mental; **2 – ORDEM DO DIA: 2.1** Apresentação das deliberações extraídas dos grupos de trabalho das conferências municipal, estadual e nacional dos direitos da criança e do adolescente – equipe do CMDCA – 20'; **2.2** Apresentação das atividades desenvolvidas, do resultado geral dos atendimentos realizados no ano de 2009 e balanço contábil da Associação de Reabilitação da Criança Deficiente – Equipe da ARCD – 20'; **2.3** Explanção referente Verba Federal para construção de Hospital na Região Sul de Joinville – Vereador Juarez Pereira – 20'; **3 – ASSUNTOS DIVERSOS; 4 – INFORMES GERAIS.** Presidente Cléia deu início à leitura da pauta do dia e colocou em votação a aprovação da pauta da reunião. A pauta da reunião foi aprovada por maioria de votos dos conselheiros. A Presidente colocou em votação a inclusão da apresentação de um cronograma de capacitação encaminhada pela Comissão de Capacitação. A Presidente incluiu à pauta o informe sobre uma oficina de inclusão digital fornecida pelo Conselho Nacional de Saúde. A inclusão de ambas colocações foi aprovada por maioria de votos dos conselheiros. A Presidente convidou para assumir a palavra a Sra. Sandra Lúcia Vitorino para falar sobre os delegados eleitos para a Conferência Estadual de Saúde Mental e informar sobre a Conferência Regional de Saúde Mental. A Sra. informou que a questão acerca do número de delegados foi discutida em uma reunião no mês de abril e informou que ocorreu em virtude das decisões tomadas uma modificação no regulamento da conferência e modificação no número de delegados no município, mas o posicionamento do governo estadual acerca das modificações ainda não havia sido comunicado. Segundo as modificações, municípios cujo número de habitantes excede o número 90 mil têm direito a enviar 6 delegados à Conferência Estadual de Saúde Mental. A Sra. disse que o município foi prejudicado pela medida, uma vez que usa o critério nacional para elencar delegados, resultando por esse viés em 23 delegados em virtude da população do município. Os Conselheiros Mendes, Antonio e Miriam pediram voz para questionamento. O conselheiro Mendes perguntou porque não se cumpre o parâmetro nacional para seleção de delegados. O Conselheiro Antonio reiterou que já houve uma conferência em Joinville com o mesmo problema. Em seu entendimento, o que está dentro do parâmetro nacional é o correto e Joinville deveria encaminhar os 23 delegados e submeter a medida ao estado. A conselheira Miriam perguntou se foi feito um contato com a comissão organizadora do estado e qual foi sua opinião sobre o assunto. A Sra. Sandra respondeu que em uma fala informal estava sendo aguardada uma manifestação por escrito, que então foi enviada justificando o uso do parâmetro nacional e contendo o nome dos 23 delegados selecionados. Ainda não houve tempo hábil para resposta da comissão organizadora. A Presidente então comentou que mesmo feito e aprovado um referendo no CMS, ainda havia a possibilidade da comissão organizadora do estado não acatar a decisão. O envio dos 23 delegados inscritos foi aprovado por maioria de votos dos conselheiros. A Sra. Sandra procedeu então com a apresentação dos delegados elencados para a conferência, sendo 10 do segmento governo, 10 do segmento usuário, 3 representantes intersetoriais e quatro observadores. A Presidente desejou uma boa conferência aos delegados e prosseguiu com a assembleia após agradecer à Sra. Sandra Vitorino e requisitar a apresentação de um representante do conselho municipal da criança e do adolescente, requisição à qual não houve representantes respondentes. A Presidente procedeu então com o item 2.2 da Assembleia. Como o representante da ARCD não estivesse presente, a Presidente seguiu com o item 2.3 da Assembleia, chamando o Vereador Juarez Pereira, juntamente com o Sr. Deputado José Carlos Vieira, para explanção referente a Verba Federal para construção de Hospital na Região Sul de Joinville. O vereador cumprimentou a todos os presentes e disse que há cerca de quatro anos bairros da região sul fizeram um levantamento de prioridades e foi colocada a necessidade da construção de um hospital na região sul. Foram recolhidas assinaturas mas a primeira emenda fora perdida por questões de terreno. Como o prefeito da atual gestão prometera mas não manifestava mais interesse na construção dessa unidade de atendimento, o vereador requisitou ajuda do CMS e lembrou que o planejamento é muitas vezes orientado para o usufruto de gerações futuras. Disse também que Florianópolis, um município menor, possui cinco



PREFEITURA DE JOINVILLE

## Secretaria da Saúde



Conselho  
Municipal  
de Saúde

hospitais enquanto Joinville “contenta-se” com dois. Reiterou as medidas políticas para agilizar convênios voltados à construção do hospital e que era necessário continuar exigindo o cumprimento do plano de governo do prefeito Carlito Merss (uma vez que a construção do hospital referido consta no plano de governo). Informou sobre a vacinação contra a gripe H1N1, onde em reunião a ser realizada com o Ministério Público para que a cidade inteira possa ser vacinada. O Vereador Juarez Pereira passou a palavra para o Deputado José Carlos Vieira, que saudou a todos antes de começar a falar sobre sua vontade de ajudar o município na área da saúde, colocando-se à disposição, citando exemplos de suas ações em auxílio a instituições da área da Saúde no município. Disse que segundo pesquisa em Joinville faltavam 300 leitos, de modo que foi levada à Brasília a proposta de uma emenda da qual a retirada de verbas em grande montante pudessem ser aplicadas no município afim de construir um novo hospital em Joinville ou ampliar os já existentes. Disse que desde 2007 a Prefeitura Municipal de Joinville tem conhecimento das emendas mas por eventuais “tropeços” deixou de executar os projetos e as verbas foram perdidas. Disse que a emenda proposta prevê o uso de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões) de reais para serem usados em 2010 e R\$15.000.000,00 (quinze milhões) de reais para serem usados no ano de 2011. O Deputado avisou que devido ao mês de Maio avizinhar-se, era necessário pensar o mais breve possível a aplicação desses recursos. Relatou que lhe foi pedida a obtenção por emenda de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões) de reais para o Hospital Municipal São José. O deputado conseguiu, por meio de emenda para o orçamento do HMSJ, o montante de R\$ 12.400.000,00 (doze milhões e quatrocentos mil) reais. Manifestou sua preocupação quanto ao não esclarecimento da aplicação do dinheiro, nem a apresentação de projeto. Disse que em vista do que foi inicialmente pedido, o dinheiro restante poderia ser utilizado para construir e equipar um hospital novo de 150 leitos. Mediante sua busca por esclarecimento, falou que lhe foi dito que a aplicação do valor obtido seria destinada ao término de obras da unidade de saúde do bairro Ulysses Guimarães. Reiterou que por perda de tempo para a elaboração do projeto o valor destinado para aplicação no corrente ano de 2010 (R\$ 8.000.000,00, oito milhões de reais) provavelmente já não poderia ser mais gasto. O Deputado disse que diante das várias declarações de assessores do gabinete do Prefeito dizendo que não será construído um novo hospital na cidade, questiona-se sobre a aplicação dos recursos recolhidos, colocando para órgãos como o Conselho Municipal de Saúde a possibilidade de definir onde e como serão aplicados esses recursos. Desse modo, crê que a população da zona sul da cidade lutará pela construção de um hospital na localidade, causa com a qual diz-se disposto a suportar e defender. Para tanto, reiterou o fato de que durante uma administração da qual fez parte arrecadaram-se os fundos para a construção do PA 24h da Zona Sul, unidade cuja construção teria sido qualificada como “desnecessária” em virtude da existência do Hospital Municipal São José. Perguntou de forma não retórica o que seria da zona sul se não houvesse o PA 24h. Coloca como necessária a construção de um novo hospital no município ou um investimento pesado na melhoria dos hospitais existentes, embora creia que seja mais proveitosa a construção de outro hospital. Colocou-se à disposição para consultas, uma vez que reconheceu que embora tenha opiniões não cabe a ele a decisão e não possui o entendimento da situação de comparado ao Conselho Municipal de Saúde. Passou então a palavra para Presidente do Conselho, que agradeceu-lhe e agradeceu também a presença da vereadora Tânia Eberhardt. Inscreveram-se os Conselheiros Tércio, Ana Jansen, Renato, Josafá, Míriam, Mendes, Antonio, Douglas e Marco. O Conselheiro Tércio disse que na verdade há oito hospitais em Joinville, sendo que em breve haverá um nono (o Hospital dos Olhos). Em sua opinião, como o disse, o que falta em Joinville não são hospitais, mas uma rede integrada entre os hospitais, uma boa referência e contra referência. Crê que se nessas áreas fossem feitas as aplicações de recursos, a atenção à Saúde em Joinville seria como não o é em muitas outras cidades do mundo, o que não acontece porque não acontece de modo geral no país, devido, entre outros fatores, ao baixo pagamento na área. Disse que é necessário um planejamento muito cuidadoso para a construção de um novo hospital, a fim de estabelecer suas metas atuais e vindouras e obtenção do alvará sanitário para hospital público, tal como os já existentes. Diz que não é conveniente usar o dinheiro em um novo hospital, mas na aplicação do que já existe para a melhoria da rede integrada já existente. A Conselheira Ana Jansen discordou do Conselheiro Tércio e disse que gestores de hospitais públicos têm conhecimento do quão necessários são novos leitos públicos para o município e região (o município é referência na região, disse). Mais leitos são necessários, mas propôs uma reflexão se de fato é necessário um novo hospital. Vê como mais proveitosa a ampliação do Hospital Regional, que já possui esse planejamento. Disse que para ampliar leitos é necessário, para cada leito, o espaço físico de 20m<sup>2</sup>, enquanto para construir um novo



PREFEITURA DE JOINVILLE

## Secretaria da Saúde



Conselho  
Municipal  
de Saúde

hospital, para cada leito, são necessários 200m<sup>2</sup>. Em relação à ampliação do Hospital Regional, esta  
visa o acréscimo de 30 leitos de UTI, ampliação do centro cirúrgico, sobretudo o ambulatorial para  
115 otimizar a rotatividade de quem não precisa ficar internado na unidade, e três mais andares com  
cinquenta leitos por andar, totalizando 150 leitos. Disse que esse projeto seria muito mais ágil, embora  
fosse necessária a alteração do plano diretor do Hospital Regional, embora esta seja possível.  
Informou que há 1,1 leito público por habitante, enquanto o ideal segundo as portarias são 2,5 a 3,0  
leitos públicos. Disse que a atenção básica ajuda a agilizar o atendimento. Em seguida reiterou que  
120 “levantar paredes e construir um hospital” é fácil, o difícil seria manter aberto com atendimento com  
qualidade, já que a abertura de um novo hospital implicaria na criação e necessidade de manutenção  
de um quadro de RH. O Conselheiro Antonio assumiu a palavra após uma breve réplica do  
Conselheiro Tércio, que disse ter tido as palavras endossadas pela Conselheira Ana Jansen. O  
Conselheiro Antonio também propôs uma reflexão sobre a situação da atenção básica e da rede  
125 integrada já existente antes de se pensar a construção de um novo hospital. Como a Conselheira Ana  
Jansen, disse que a construção de um hospital é fácil se comparada à decisão de quem assume sua  
direção – o Governo Estadual ou o Governo Municipal. Lembrou que o Hospital Infantil ficou  
desativado após sua construção por causa da não definição do responsável pela sua administração.  
Disse que o investimento primordial é na atenção básica, pois ali pode-se diminuir o fluxo de pessoas  
130 que seriam encaminhadas a hospitais. O Conselheiro Mendes, que assumiu a palavra depois,  
concordou com o Conselheiro Antonio e reiterou o fato da perda de recursos na gestão passada,  
alocados para aplicação no Hospital São José, que foi ocasionada pela inação dessa administração  
anterior. Como Conselheiro, disse estar se sentindo mal diante da situação conhecida por cada  
Conselho Local, sendo que em seu bairro, por exemplo, não há médicos. Disse que apesar do  
135 conhecimento dos recursos alocados previamente para aplicação nos hospitais já existentes da cidade  
tanto o Hospital Municipal São José quanto o Ulysses Guimarães continuam com a mesma estrutura,  
levando-o a questionar qual foi o destino do dinheiro reservado para as instituições citadas. Diz-se  
desalentado com a situação da saúde em Joinville. O Conselheiro Douglas assumiu em seguida e  
perguntou quem é o responsável pelo projeto de aplicação e se há quem tenha conhecimento da  
140 existência do montante e saiba se há ou não um projeto em andamento. Perguntou também se os  
recursos destinados para a Saúde também incluem a área da Saúde Mental. O Conselheiro Josafá, o  
próximo a assumir a palavra, disse que é cabível e necessário aos Conselheiros pensar no futuro, não  
de forma política simplesmente. É necessário cobrar muito mais das autoridades, disse, e acredita que  
é possível reverter as situações negativas da Saúde atualmente no município. Elogiou as autoridades  
145 presentes pelas iniciativas e cobrou-lhes uma postura de questionamento. Diz-se alarmado com o que  
crê ser descaso administrativo mediante sobretudo à falta de verba como resposta constante para as  
reivindicações que saem da Câmara de Vereadores de Joinville. Cobrou união dos Conselheiros. A  
Conselheira Miriam, técnica de enfermagem na Maternidade Darcy Vargas há quase trinta anos,  
assumiu a palavra e disse que a aplicação do dinheiro deveria destinar-se à contratação de  
150 profissionais e manutenção de equipamentos, pois em vista do que vive profissionalmente a falta de  
leitos não é o principal problema, mas a permanência de pessoas cuja a permanência na instituição  
não se justifica, como acompanhantes de recém-nascidos (que ocupam leitos por ser um direito  
previsto pelo Estatuto ) ou pessoas que necessitam do parecer de outro profissional por exigência do  
médico que as consultou previamente. Disse que a quantidade de leitos desnecessariamente  
155 ocupados por acompanhantes ou pessoas que não necessitam de internação é alarmante. Faltam  
profissionais, equipamentos e resolutividade. Disse que todos os leitos necessários para justificar a  
criação de um novo hospital poderiam ser obtidos através de uma melhora no atendimento nas  
unidades de saúde existentes. O Conselheiro Renato, diretor do Hospital Municipal São José, que  
concordou com o que fora dito pela Conselheira que o sucedeu na palavra e disse da tentativa de  
160 implantação da rede de urgência/emergência para definir o grau de necessidade que o paciente tem  
de ocupar um leito público. Sobre o hospital da zona sul, perguntou se no valor destinado à aplicação  
está incluso o valor destinado à elaboração do projeto. Relatou as dificuldades enfrentadas na gestão  
do Hospital Municipal São José, como o comprometimento da folha de pagamento por causa da Lei de  
Responsabilidade Fiscal, coisas que levam a questionar a construção de um novo hospital. Disse que  
165 a situação é muito complexa, as dificuldades e escassez de recursos maiores e a necessidade de  
planejamento cuidadoso torna-se mister. Reiterou o que a Conselheira Ana Jansen disse acerca do  
aproveitamento e melhoria de uma área já existente em um hospital existente. Senhor Marcos, do  
Núcleo Nise da Silveira questionou a aplicação de recursos em uma área em detrimento de outra.



PREFEITURA DE JOINVILLE

## Secretaria da Saúde



Conselho  
Municipal  
de Saúde

170 Como usuário do Sistema Único de Saúde, falou da situação precária dos hospitais e postos de saúde, área da saúde mental e necessidade de contratação de médicos. O Conselheiro Valmor também disse da situação precária da atenção básica e postos de saúde, e falta de médicos. Disse que não tem medo de errar quando diz que não falta dinheiro para aplicação na Saúde em Joinville, mas faltam administração e projetos. Como a verba será perdida se não houver aceitação, coloca duas razões para que a construção do novo hospital seja aceita. Primeiramente, a localização, que ajudaria a 175 desafogar o fluxo de acidentados proveniente da BR-101, e favoreceria quem mora na zona sul, uma vez que há caso de mortes durante o trajeto da zona sul ao Hospital Regional. Lembrou que a verba não pode ser relocada e que a necessidade de projeto é primordial. Diz que é necessária uma grande reflexão sobre o que é necessário para o futuro de Joinville: “esquecer” os recursos destinados ou tentar relocá-los para investimentos em hospitais já existentes ou aceitar a construção do novo 180 hospital. Findos os manifestos dos inscritos, a Presidente retomou a palavra e disse que a emenda prevê a construção de um hospital em Joinville, não especificando a localidade. Disse da posição de alguns Conselheiros que a deixam preocupada, uma vez que colocam-se à favor da privatização em alguns segmentos dos setores que apresentam dificuldades e deficiências. Disse que na Constituição prevê que os serviços privados devem ser apenas um complemento dos serviços públicos. Advertiu que o Conselho Nacional atuará caso um Conselho Municipal privatize o Sistema Único de Saúde. 185 Disse que o que já fora dito resume-se ao que precisa ser dito novamente: a necessidade urgente de investimento na atenção básica. Comentou que é necessário que Deputados Estaduais e Federais ouçam o Conselho antes de buscarem benefícios para a saúde. Reiterou que no caso do Deputado presente, este ouviu a comunidade e que a construção do hospital na zona sul é sim necessária, mas 190 que a visão do Conselho é necessariamente mais ampla e deve saber de fato a ordem das necessidades de investimento no município. Comentou sobre reuniões vindouras que tratarão da saúde a nível nacional e a regulamentação da Emenda Constitucional 29 e pediu que os conselheiros reconhecessem que a situação da atenção básica em Joinville resume-se ao caos. Lembrou que as reuniões do conselho são o palco da Saúde Pública, suprapartidária. Pediu também que os 195 conselheiros acompanhassem as informações advindas da Câmara Federal e interagissem com esta para que as questões mais apontadas pudessem ser colocadas em pauta, tendo por metas a obtenção de garantias como a reforma sanitária e o tratamento respeitoso nas questões da Saúde nas Três Esferas do governo. Disse que, conforme já falara outrora, faz-se mister que o povo se posicione, “solte a voz”, e que aja por intermédio do voto consciente. Passou a palavra para o Deputado José 200 Carlos Vieira, anunciando que após a fala deste seriam feitos os encaminhamentos. O Deputado disse ter ouvido atentamente as disposições e reconheceu o quão positivo foi o fato de ter presenciado a reunião. Começou comentando a fala da Presidente, dizendo que é um fato pouco conhecido, mas foi um dos autores da Emenda 29, que tenta fixar um valor fixo para a Saúde no orçamento da Nação, tal como ocorre com a Educação, o que o Deputado diz ter sido um grande avanço para a questão da 205 Saúde no panorama nacional. Disse que essa medida pode incorrer em maior auxílio para os municípios. Citando exemplos, concluiu que por vezes um município tem recursos à disposição em uma área mas não em outra. Lamentou não conseguir fundos para a área da atenção básica, que reconheceu, através da fala de diversos Conselheiros, como uma questão de suma importância. Disse que a resolatividade como colocada em pauta pela Conselheira Miriam é uma questão de gestão local. 210 Relativo à emenda para a criação do hospital, disse que ela pode ser usada nas obras do Hospital Regional. Disse que em virtude do que ouvira, seria realmente ideal voltar as atenções para o Hospital Regional sem perder de vista o projeto do Hospital da Zona Sul. Disse também que está disposto a se orientar com o Conselho. Falou que, de forma ordenada, é possível conseguir o necessário, mas que é preciso “batalhar” por isso. Para finalizar, disse que se baseara no que fora colocado pela Conselheira 215 Ana Jansen para requisitar verbas para a construção do hospital na Zona Sul: a falta de leitos públicos. Previu que daqui a seis ou oito anos faltarão muitos mais leitos públicos, pois Joinville está para formar um aglomerado de mais de um milhão de habitantes ao unir-se com municípios vizinhos em virtude de mudanças como a duplicação da BR-280, a instalação da Universidade Federal e a duplicação da potência elétrica do município. Justificou basear-se nesse dado também para pensar meios de destinar 220 fundos à construção do hospital da Zona Sul, uma vez que pensava em termos de futuro. No que diz respeito ao presente, falou o quanto é necessário que o Conselho lute pelo que coloca como primordial – resolver a falta de médicos e outros servidores da Saúde e a questão da atenção básica. A Presidente prosseguiu com os encaminhamentos. A Presidente disse que por se tratar de uma questão cuja votação imediata estava descartada diante da necessidade prévia de um estudo aprofundado,



PREFEITURA DE JOINVILLE

## Secretaria da Saúde



Conselho  
Municipal  
de Saúde

225 sugeriu que a questão fosse enviada à Comissão de Assuntos Internos e à Comissão de Orçamento e  
Finanças. O encaminhamento foi aprovado por maioria de votos dos Conselheiros presentes. Antes  
dos representantes da ARCD iniciarem sua apresentação, a Presidente leu o comunicado da  
Secretaria da Saúde sugerindo o agendamento da reunião para prestação de contas do primeiro  
230 trimestre de 2010 para a segunda quinzena do mês de Maio. Dra. Tamara, médica fisiatra e diretora  
clínica da unidade ARCD de Santa Catarina. Explicou que a ARCD é uma organização social e centro  
de habilitação que trata de pacientes com deficiências físicas. Apresentou slides relativos aos  
atendimentos realizados no ano de 2009, que totalizaram o número de 31.400 atendimentos (66%  
infantis e 33% adultos). Prosseguiu explicando os slides, desdobrando o número de atendimentos e  
pacientes. Passou a palavra para o Diretor Administrativo da Instituição, Sr. Jeovane Nascimento do  
235 Rosário, que apresentou detalhadamente os gastos da organização, plano de trabalho e parcerias,  
todos decorrentes do ano de 2009. Inscreveram-se os conselheiros Paulo, Josafá e a Presidente. A  
pergunta do Conselheiro Paulo foi relativa ao atendimento de portadores de distonia e espasticidade.  
Disse que estes não têm condições de garantir sua medicação pelo SUS. Inquiriu então se, em virtude  
da ARCD oferecer o tratamento, há a possibilidade de implantação de um centro de tratamento para  
240 aplicação da medicação. A Dra. Tamara respondeu que ocorre sim a aplicação de toxina botulínica nos  
pacientes cadastrados na ARCD. Disse também que é possível que a cidade torne-se centro de  
referência nesta questão, mas Florianópolis já é um centro de referência na aplicação da toxina  
botulínica. Assim, seria necessária uma descentralização para que Joinville se tornasse uma nova  
referência na área, mas além da descentralização haveria outro “impedimento”: o Estado é o  
245 responsável pela compra da toxina botulínica, a ARCD não é uma instituição estadual. O Sr. Jeovane  
complementou dizendo que o município paga o deslocamento do paciente até Florianópolis. Não há  
aplicações gratuitas da toxina no município de Joinville. Desse modo, a implantação de um centro de  
atendimento para esses pacientes acarretaria em uma diminuição de custos para o município, já que o  
equipamento mais complexo foi doado por órgãos competentes do Poder Judiciário. O Sr. Luíz  
250 Bitencourt foi o próximo a se pronunciar em virtude do Conselheiro Josafá ter aberto mão de sua  
inscrição. O Sr. Luíz sugeriu que a ARCD se inscrevesse em um programa de auxílio da Procuradoria  
Regional do Trabalho, que, segundo ele, possui fundos a serem destinados ao auxílio de instituições  
da área da Saúde. A Presidente parabenizou a instituição pelo seu trabalho, mas perguntou se o  
índice de atendimentos pactuado por contrato foi atendido. O Sr. Jeovane respondeu, inicialmente  
255 pronunciando-se a respeito do que fora colocado pelo Conselheiro Paulo. A respeito disto comentou  
que há outra área em que Joinville está carente de suporte e que a ARCD está fornecendo  
atendimento, o serviço de eletroneurobiografia. Acredita que este é um serviço do qual o usuário do  
SUS precisa e disse que para a garantia da oferta deste será necessária uma parceria com o  
Conselho. Falou que muitos joinvilenses aguardam esse serviço para decidir a aposentadoria, a volta  
260 para o trabalho, o ingresso na fila de cirurgia a continuação da condição de espera e afastamento do  
trabalho em que se encontra. A Presidente agradeceu a presença do Deputado José Carlos Vieira, que  
se retirava, e comunicou ao Conselho que ele pedira que lhe fosse enviado um documento onde  
constasse a deliberação resultante da reunião do Conselho para que lhe servisse de orientação.  
Respondendo à pergunta da Presidente, o Sr. Jeovane explicou que o número de atendimentos não foi  
265 alcançado primeiramente em virtude da contenção de despesas, que acarretou na não contratação de  
alguns funcionários necessários, e também por causa do índice de faltas dos pacientes aos  
atendimentos marcados, um fator que disse estar além do controle da ARCD. A Presidente colocou em  
votação o encaminhamento para a Comissão de Orçamentos e Finanças. O encaminhamento, então  
foi aprovado por maioria de votos. A Presidente também colocou em votação a realização de uma  
270 Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde no dia 17 de Maio de 2010, pois conforme  
explicou, a Reunião Ordinária de Maio seria destinada à prestação de contas, de modo que devia  
evitar-se a sobrecarga de pauta para não se prejudicar o entendimento. A decisão foi aprovada por  
maioria de votos dos Conselheiros presentes. A Presidente agradeceu a presença dos representantes  
da ARCD. O Sr. Jeovane agradeceu a acolhida do Conselho e convidou os Conselheiros e à  
275 Comunidade a visitarem e conhecerem o trabalho da instituição. Convidou a Dra. Tadiana Maria Alves  
Moreira à palavra. A Dra. pronunciou-se a respeito da distribuição do Tamiflu em Joinville. Disse que  
foi colocado na mídia que o medicamento seria distribuído gratuitamente em algumas farmácias  
populares, porém, na listagem fornecida pela Secretaria Estadual de Saúde, Joinville não possui  
nenhuma farmácia popular incluída. Em tempo, os responsáveis pela questão a nível municipal  
280 entendem que a distribuição é uma obrigação da Secretaria Estadual de Saúde. Disse que será



realizada uma reunião com órgãos competentes onde será discutido o acesso da população de consultórios e clínicas particulares que tenham necessidade de receber o medicamento. Avisou que ele não será distribuído por meio de um receituário comum. Disse que, assim que for definido um resultado, este pode ser trazido ao conhecimento do Conselho. A Presidente perguntou se havia interessados em questionar o que fora dito e explicou que recebera um informe da Vigilância Sanitária que comunicava que todos os cidadãos, se comprovada a necessidade, teriam acesso ao medicamento, usuários ou não da rede pública da Saúde, uma vez que o medicamento é adquirido pelo Ministério da Saúde. A Dra. informou que unidades de Pronto Atendimento, farmácias de hospitais regionais e ambulatórios de hospitais já possuem o medicamento, sendo para eles reservada uma cota maior. A Presidente agradeceu à Dra. e informou aos Conselheiros que em virtude do adiantado da hora não leria os informes. Disse da necessidade de haver uma reunião do Conselho específica para discutir a diminuição do número de vagas de Conselheiros caso não fosse possível garantir o aumento do número de profissionais da Saúde componentes do CMS, afim de garantir que o CMS não ocorresse em um ato ilegal. Nada mais havendo a tratar, a Presidente Cleia Aparecida Giosole, Presidente do CMS, deu por encerrada a centésima nonagésima primeira Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte horas e trinta minutos, da qual eu, Juliano, lavrei a presente ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os(as) conselheiros(as): **Renato Monteiro, Ana Maria Groff Jansen, Heloisa Walter de Oliveira, Ademar Marcelo Soares, Tércio Egon Paulo, Sirlei Margarida Mascarin, Bruna Heinz de Souza, William Cremasco, Albertina Valentine Cristofolini, Sonia Mara Maçaneiro, Paulo Felipe Heck, Martha Maria Vieira de S. A. Artilheiro, Marlene de Souza Segundo, Miriam Hoffman Rodrigues, Mário Bruckheimer, Antonio Carlos Fernandes Vieira, Julio Manoel Maria, Elza Francisco, Adalberto Franco de Camargo, Albertino Miguel Rosa, Mendes José Maulli, Mara Beatriz Souza, Neusa Maria Alcântara, Maria Emília Vieira Fernandes, Mauren Bruckheimer, Marli Lipinski Wuff, Valdir Vieira Rebello, Roberto Tavares, Mario Ivo Maiochi, Roseli Albino Dutra, Cléia Aparecida C. Giosole, Maria Helena Alves de Maia Maier, Maurício Huller, Eulália Genuim, Leonardo Rosalvo Jucinsky, Anselmo Silvério, Valmor João Machado, José Declarindo dos Santos, Josafá Távora**, bem como dois representantes de conselhos locais de saúde, representantes da Secretaria Municipal de Saúde, da Associação de Moradores do Nova Brasília, da Vigilância em Saúde, do Posto de Saúde Itinga Continental, do CAPS III, do Núcleo Nise da Silveira, do SICAFITO e da ARCD.